

ATA Nº 04/2019 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às quinze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, situada na Rua 1822, número 1510, neste município, os seguintes **conselheiros**: Jorge Tagliari (Suplente/EPAGRI); Cláudio Renato Kraus Junior (Titular/Secretaria da Fazenda); Eduarda Montibeller (Titular/SEMAM); Thomas Hermann Sant'ana Maciel (Suplente/COOPERMAR); Luiz Filipe Goldfeder Reinecke (Titular/UDESC); Carmen Silvia Inácio Carneiro (Suplente/AMUARTE SC). Contando com a presença de **outros representantes**: Mauria Dalmas da Silva (FCBC); Enzo Quadros Costa (UDESC/LISS); Vinicius Garnobay (UDESC/LISS); Mariene de Sena (Casa dos Conselhos). **Justificaram** sua ausência: Roseni dos Santos (Titular/Associação Caminhos Verde-Mar) e Silvana Oliveira (Suplente/Associação Caminhos Verde-Mar). Presidente Eduarda dá início à reunião procedendo à **leitura da Ata Nº 03/2019**, da reunião ordinária do CMES do dia nove de abril, **conforme indicado no primeiro item da pauta**. Após leitura, são solicitadas algumas alterações, com o qual a ata será assinada na próxima reunião. Passa-se então ao segundo item da pauta referente à **Resposta da COOPERMAR sobre adequação do plano de trabalho**. Conselheiro Thomas fala a respeito da resposta da Coopermar, explica que está sendo feita análise da proposta da Prefeitura e estão fazendo um entendimento da Lei e buscando um melhor conhecimento, solicitando assim um prazo de trinta dias para apresentação da resposta. A Presidente concorda e diz que este item será posto como pauta da próxima reunião. Passa-se então ao terceiro item da pauta referente aos **Documentos expedidos e recebidos**. **Documentos recebidos**: Ofício nº 084/2019 da Secretaria da Fazenda, indicando o Sr. Cláudio Renato Kraus Junior como titular e a Sra. Suelen Roberta Pedroza como suplente. **Documentos expedidos**: Ofício nº 05/2019 à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, informando que os representantes Marco Jossue Dalmas e Aldanice Dudeck não compareceram nas últimas três reuniões ordinárias do Conselho, perdendo o mandato conforme Regimento Interno do Conselho e solicitando indicação de novos representantes, fazendo encaminhamento do calendário de reuniões ordinárias deste ano. Contudo é solicitado registro em ata que até a presente reunião não houve resposta da Secretaria, destaca ainda ser de extrema importância a participação desta no CMES. Eduarda diz que irá entrar novamente em contato com a SDIS para indicação de outras pessoas ou para que Marcos e Aldanice voltem a se fazer presentes nas reuniões. Luiz Filipe lembra ser preciso verificar a situação de ausências da entidade Associação dos Quilombolas do Morro do Boi, pois caso a dificuldade de comparecimento se deva a transporte, poderá se tentar formas de buscar a representante. Mauria fala que no dia de hoje haveria uma oficina na Colônia e provavelmente Sueli (Titular/Associação dos Quilombolas), está participando. Presidente informa que não será feita apresentação do Plano e no que diz respeito às Redes Sociais do Conselho precisa da presença da Coopermar. Passa-se então ao item da pauta referente ao **Relato da última reunião do Fórum Litorâneo** para o qual é passada a palavra ao conselheiro Luiz Filipe para explanação. Informa que no dia dezesseis de abril participou da reunião do Fórum Litorâneo de Economia Solidária, onde houveram relatos dos quinze empreendimentos que participam, dentre eles os de Blumenau, que se dispuseram à articulações com este Conselho, os quais abordaram sobre como a gestão está articulada e relata sobre iniciativas na área de saúde mental, na área de construção civil - com criação de cooperativa de egressos do sistema prisional. Luiz Filipe cita a participação de Paulo Dalfovo, caprinocultor, que participou do Consulado da Mulher, projeto de responsabilidade socioambiental da Consul, havendo desenvolvido diversos projetos com a economia solidária e atuado por muito tempo no fórum catarinense; cita também a presença de Giovani Felix, diretor de Economia Solidária e Microempreendedor de Itajaí. Informa que no município de Itajaí existe, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, um Departamento de Economia Solidária. Houve uma discussão referente à agenda dos eventos, sendo que em julho será realizado o Seminário Estadual de Associativismo e Cooperativismo em Chapecó e vai ter uma Feira de Economia Solidária lá, de quinze a dezessete de julho; de onze a quatorze de julho tem a XXVI Feira Internacional de Santa Maria, feira de



Economia Solidária e Cooperativismo; e para o mês de Junho já está previsto pelo Plano Estadual de Economia Solidária a Feira Estadual de Economia Solidária e Criativa em Itajaí que vai ocorrer de cinco a oito de junho. Informa que quem está discutindo e articulando essa Feira de Itajaí é o Conselho Estadual de Economia Solidária e Artesanato, junto com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável. No que diz respeito à Indicação de membros para participar do Fórum Litorâneo, fala que ao final da reunião foi feita uma rediscussão das representações, sendo que o Fórum Litorâneo tem quatro representantes de cada município que participa do mesmo, sendo basicamente a região da AMFRI, Luís Alves e Brusque. Explica que as representações contemplam os três elos do movimento da Economia Solidária: os empreendimentos, as entidades de apoio e os gestores públicos. Ele solicitou que as representações do nosso município para participação no Fórum Litorâneo, sejam deliberadas aqui, devendo ser quatro representantes: dois empreendimentos, uma entidade de apoio e um gestor público. Esses representantes deverão levar as discussões que temos aqui e em momentos de deliberação pela região poderão estar deliberando junto. Apresenta a agenda de reuniões do Fórum Litorâneo, as quais são bimestrais, e a próxima será no dia dezoito de junho, depois no dia treze de agosto, logo no vinte e dois de outubro e a última reunião deste ano que será no dia dez de dezembro. Informa que as reuniões geralmente acontecem no período matutino no Centro Público de Economia Solidária de Itajaí. Informa que foi feita a proposta de poder ser itinerante, portanto poderá ser realizado aqui na Casa dos Conselhos. Informa que no final da reunião participou de uma discussão de articulação para se criar uma rede de gestores buscando a contribuição dos municípios entre eles. Informa que além dele, participaram também, Mariene, Ana Carolina e o Professor Adilson. No que diz respeito à indicação dos representantes, Luiz Filipe representante da UDESC, se coloca à disposição como entidade de apoio. Também Eduarda se manifesta como representante da SEMAM. Logo, é observado que neste dia contam somente com a presença de um empreendimento, AMUARTE, com sua representante Carmen se colocando também à disposição, sendo deliberado colocar no grupo para os conselheiros se manifestarem e deixar para a próxima reunião a indicação do representante do empreendimento faltante. Passa-se então ao item da pauta referente ao Caminhão de materiais recicláveis que a ambiental encaminha para a COOPERMAR; Presidente esclarece que colocou como pauta porque o representante Cleber ligou faz duas semanas questionando se ela sabia o porquê a AMBIENTAL estava levando só um caminhão ou meio caminhão por semana sendo que a cooperativa tem condições de receber mais caminhões. Passa a palavra ao representante Thomas para relatar o que está acontecendo, para ver como podem ajudar enquanto conselho. Thomas explica que a Coopermar há dez anos recebe o material da coleta seletiva, e há muito mais tempo com catadores organizados, já desde a época da ACATELI. Informa que a Coopermar faz a gestão dos resíduos coletados pela Coleta Seletiva dentro da Usina Municipal. Thomas explica que, a Prefeitura alega que a Coopermar não tem a capacidade para fazer a gestão dos resíduos sólidos, enquanto o mesmo afirma que tem a capacidade sim, mas não tem a estrutura necessária, a qual deveria partir do Poder Público. Afirma que a Prefeitura não faz nenhum investimento na gestão dos resíduos sólidos recicláveis no nosso município e se refere à falta de investimento na usina no que diz respeito a reparos desde sua construção em 1986, sendo totalmente gerida há quinze anos pelos catadores, e há dez anos pela Coopermar a qual tem desenvolvido suas próprias ferramentas para aumentar o potencial de reciclagem e a qualidade do material reciclado e para melhorar as condições ergonômicas dos próprios cooperados catadores que fazem o serviço. Aquisição de sapato e botas, calça, cintos para as costas, luvas, sempre ficou a cargo da Coopermar e explica que é difícil fazer gestão de resíduos sólidos sem estrutura inicial inclusive para treinamento. Explica que nessa caminhada a Coopermar tem conseguido melhorar o seu quadro operacional. O problema que acontece no município é que falam que a Coopermar não tem condição, visto que eles não investem, e acaba encaminhando, por ordem da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, esse material a outras cooperativas e associações fora do município. Informa que a Coopermar tem dado conta do



material que está sendo encaminhado para ela, mas que trata-se de uma pequena parte do material coletado em Balneário e acrescenta que por motivo da Coopermar ter condições, esse material não deveria ser levado para Camboriú. Portanto a Cooperativa sugere ao conselho é que seja notificada a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, a Secretaria de Meio Ambiente e a Concessionária para estar encaminhando esse material com mais regularidade à Coopermar, visto que Camboriú não tem nenhuma coleta seletiva, o que impulsionaria Camboriú a implantar uma coleta seletiva para manter suas próprias cooperativas. Acrescenta que trata-se de transporte ilegal de resíduo sólido, pois dentro da legalidade haveria um contrato. Thomas finaliza agradecendo a todos. Na continuidade, Presidente sugere questionar a AMBIENTAL para onde está sendo levado esse material, a quantidade que está sendo encaminhada a cada cooperativa e o motivo dessa divisão para poder analisar o que eles argumentam e poder decidir o que o conselho pode fazer. Thomas informa que a Ambiental segue ordens, inclusive o encaminhamento da coleta seletiva responde ordens da Secretaria do Meio Ambiente que ordena que o material excedente que a Coopermar não aceitar seja enviado a Camboriú mas não é isso que está acontecendo, o mesmo afirma que está sendo dado prioridade a Camboriú. Conselheiro Luiz Filipe afirma que é importante saber as quantidades para ver se coincide com o que a Coopermar está recebendo e no que diz respeito à questão da priorização questiona a existência de algum documento onde conste que deveria ser dada prioridade à Coopermar. Presidente explica que pelo fato do conselho não estar no dia a dia da cooperativa não tem os argumentos cabíveis portanto acredita que a cooperativa já deveria ter procurado apoio junto ao Ministério Público pois, para o conselho procurar o Ministério Público vai ter que estar muito bem argumentado inclusive com provas e sugere encaminhar ofício à AMBIENTAL, com os questionamentos que o conselheiros Luiz colocou e acredita que não cabe encaminhar ao Meio Ambiente e se porventura eles informarem que foi a pedido de alguma Secretaria específica o conselho entraria em contato com essa Secretaria e esclarece que quem faz a gestão do contrato é a Secretaria de Obras. Thomas informa que foi notícia de jornal que informou que o destino desse material era por ordem do responsável da Secretaria de Meio Ambiente. Presidente solicita que sempre que houver alguma notícia documentada seja trazida para o conselho, para o mesmo ter como argumentar na hora de oficial e explica que o conselho conta com o relato do conselheiro Cleber e com o relato que hoje Thomas trouxe, mas não tem comprovações em mãos como relatórios. Thomas solicita que o conselheiro Luiz Filipe leia novamente os pontos que devem ser trazidos pela cooperativa, sendo os seguintes: para verificar o porquê da mudança do número de caminhões recebidos, quando houve essa mudança, quantos caminhões ou material tem sido colocado para a Coopermar (comprovação de recebimento do material), e paralelamente ver se há algum contrato com as outras cooperativas para as quais está sendo feito encaminhamento de material e ver a questão da priorização. Eduarda fala a respeito da Lei Nº 12.305 de 2010, que é a lei referente ao Plano Nacional dos Resíduos Sólidos e que não lembra se tem algum impedimento para encaminhamento de resíduos sólidos para outro município, considerando que, se não houver impedimento legal, pode somente ser considerado imoralidade mas não ilegalidade, portanto antes de fazer ofício Eduarda irá ler a lei e vai encaminhar no grupo para todos analisarem a Lei de Resíduos Sólidos. É sugerido analisar a composição do tributo que o cidadão paga, para o qual Thomas afirma que isso é fundamental, pois a Ambiental recebe a partir da taxa onde cem por cento é encaminhado para Ambiental sendo que a partir da nova lei não se trata mais de "lixo". Eduarda sugere que o conselho solicite ao Departamento de Compras o contrato que a Ambiental tem com o município para poder sanar algumas dúvidas. No que diz respeito às taxas, é sugerido solicitar informações referentes ao valor que está sendo investido e onde está sendo investido. Thomas fala na concessão de tratamento de resíduos domiciliares. Após explica que chegaram nesta situação por causa do TAC e informa que antes do TAC, havia sido discutida a concessão do terreno para que a cooperativa faça esse trabalho, para o qual a Presidente Eduarda explica que o terreno é da Prefeitura e ela pode ou não fazer a



concessão do terreno, com o qual não existe a obrigatoriedade, e a Prefeitura optou pela construção do CVM que vai ser para colocar mais cooperativas lá dentro, que deve estar em processo de aprovação de projeto. Eduarda afirma que a Prefeitura não está errada e que ela já decidiu o que vai ser feito e já está investindo nisso e que eles só estão aguardando a resposta da Coopermar se vão querer adequar aquele Plano ou não. Finalmente Eduarda informa que já tinham deliberado que a resposta da Cooperativa fica como pauta para a próxima reunião e pergunta aos conselheiros se há algum outro ponto para adicionar no ofício. Conselheiro Luiz Filipe procede à leitura dos pontos que serão colocados no ofício para a empresa Ambiental: quantos caminhões, motivo pelo qual não estão sendo enviados todos os caminhões para a cooperativa, se estão enviando para outro município se tem contratualização com outras associações cooperativas e quais e por último qual o investimento que está tendo na política de resíduos sólidos no município. É sugerido encaminhamento de cópia para o fiscal do contrato para ciência, e também encaminhamento para a Secretaria de Obras (com cópia para Secretaria de Compras) que gerencia o contrato da Ambiental com o Município, para poder analisar o contrato. Representante da EPAGRI, Sr. Jorge, solicita um tempo, em outra oportunidade para apresentação do trabalho realizado anos atrás referente à Associação Caminhos Verde-Mar, relativo à Economia Solidária, sendo deliberado que ficará como ponto de pauta para a próxima reunião. Logo, passa-se ao item da pauta referente às **Redes sociais do Conselho: página no Facebook**. Professor Luiz informa que tem uma página no Facebook criada pelo conselheiro Thomas o qual explica que pode adicionar os conselheiros que quiserem ser administradores da mesma. Presidente fala da importância daquela página pois as comissões debateram a respeito da necessidade da divulgação, inclusive para chamar para o Fórum, Conferência e que além dos outros meios de comunicação já definidos como rádio ou jornal também pode estar sendo utilizada essa página. É sugerido colocar os membros da mesa diretora como administradores. Presidente sugere colocar as pautas das reuniões e a criação de uma logo para o conselho, pois o mesmo não tem uma identidade visual. Conselheira Carmem acrescenta que podem ser divulgadas as feiras e outras ações do conselho. Na sequência passa-se aos itens da pauta referentes à **Apresentação do plano de ação das comissões e Elencar as prioridades de ações de cada comissão**. Presidente Eduarda informa que teve a reunião com as três comissões e esclarece que o objetivo é elencar as prioridades de ações de cada comissão para ciência de todos os conselheiros. Conselheiro Luiz Filipe informa que são dezenove ações ao todo e explica que cada comissão já colocou um prazo de início e fim das ações, com o qual as comissões de certa forma já organizaram um cronograma de ações então acredita que hoje mais do que a priorização, é necessário analisar se não foram concentradas muitas ações para alguns membros do conselho, tentando dividir as responsabilidades e também aproveitar para repactuar as comissões. Representante Mariene procede à leitura das ações de cada um dos três eixos. Inicia pelas sete ações referentes ao **primeiro eixo** referentes ao **PLANO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**: 1. Análise do Plano Estadual de Economia Solidária, visando analisar as diretrizes do Plano Estadual, na Casa dos Conselhos, sob responsabilidade das conselheiras Meny e Carmen, mediante análise da Lei Estadual do Plano, precisando de recurso impressões e audiovisual; 2. Constituição de grupos temáticos (início em maio, para estarem formados e com a metodologia de trabalho até a reunião do dia onze de junho); 3. Plano de Comunicação do Plano Municipal de Economia Solidária, para publicizar e divulgar o Plano (após o diagnóstico), utilizando folders informativos e mediante a confecção de um banner; 4. Diagnóstico dos instrumentos de Economia Solidária, visando realizar uma atualização referente às mudanças no município desde a época do mapeamento em dois mil e dezesseis (em maio e junho), mediante aplicação de questionário, com visita aos empreendimentos, precisando de meio de transporte para realização de pesquisa; 5. Mapear Políticas Públicas e Entidades que podem dar apoio técnico, para aproximar e envolver as entidades e gestores públicos na construção do plano e articular a rede (em maio e junho); 6. Prever audiências vinculando os bairros, articulando com as associações de moradores, de forma itinerante, (em julho, agosto e setembro); 7. Realizar

uma Audiência ou Consulta Pública, a respeito do Plano, na Câmara de Vereadores, a modo de pré-conferência, no mês de setembro. *É sugerido trazer CDL na reunião, Luiz Filipe expressa que já tem contato com eles no BC Criativo e já tem falado a respeito de Economia Solidária. É sugerido abrir espaço para apresentação do trabalho dos adolescentes a partir dos quatorze anos.* No **SEGUNDO EIXO MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO**, as ações são: 1. Mobilização dos empreendimentos e artesãos de Balneário Camboriú, nas feiras, na Colônia de Pescadores, na feira noturna (de junho a novembro); *É sugerido fazer na feira uma roda de conversa de Economia Solidária, também é sugerido passar a projeção de um curtametragem;* 2. Formação para artesãos e comunidade, abrindo espaço para formação continuada nas comunidades e eventos (de junho a dezembro), mediante palestras interativas, rodas de conversa e dinâmicas lúdicas; *É sugerido utilizar o espaço da Barra. É sugerido montar um calendário de formações, temáticas coerentes com as problemáticas como o uso de mídias e buscar as parcerias.* 3. Estratégias de Publicidade do Conselho; 4. Participação mais efetiva no Fórum Litorâneo (a partir da próxima reunião do Fórum). ; 5. Retomar as ações do Fórum de Economia Solidária, na UDESC, a partir da implementação do item 1, até dezembro; 6. Verificar espaços potenciais para comercialização, para divulgar o movimento, articular novas parcerias, criar oportunidades de vendas e formação em economia solidária, em Balneário Camboriú e região do Estado de Santa Catarina, a partir da primeira reunião do Fórum Municipal de Economia Solidária, criando estratégias e encaminhamentos das ações, criando novos eventos em calendário fixo; 7. Formação em Captação de Recursos, para reflexão da viabilidade econômica dos eventos e empreendimentos de Economia Solidária, na UDESC, mediante a realização de oficinas, minicursos, palestras, parceria com SEBRAE. *É informado que foi criado o Alvará de feirante que tem uma taxa mínima de R\$ 100,00 (cem reais), sendo que a Vigilância vai até a casa deles, analisa e dá o Alvará de Feirante para venda dos produtos que colocaram no cadastro de Pessoa Física.* Professor Luiz Filipe fala que a parceria com SEBRAE depende do objetivo que se tem em relação a captação de recurso, pois o foco deles é o microempresário e a empresa. Conselheira explica que já houve palestras com essa parceria, mas a linguagem não foi acessível para o público alvo o qual acabou não acompanhando ou participando. No **terceiro eixo Da CONFERÊNCIA**, as ações são as seguintes: 1. Plano de Comunicação, para divulgação do Fórum e Conferência, nas mídias, através da Comissão, Mesa Diretora e a Comunicação da Prefeitura, a partir do mês de setembro e até a data do evento; 2. Definição de local e data, considerando a capacidade para cinquenta a cem pessoas, na reunião da comissão, de junho a agosto, visitando os possíveis locais; 3. Tema e programação, na reunião da comissão e na reunião do conselho em junho e agosto; 4. Levantamento de recursos para realizar o evento, buscando parcerias com OAB, UDESC, Poder Público, através da Comissão, em julho, agosto e setembro. Luiz Filipe explica que esse é o Plano até dezembro deste ano. Sem mais a ser tratado, é dada por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que, após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.